

OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS MAIS ATUANTES EM OCUPAÇÕES DE TERRAS E FAMÍLIAS PARTICIPANTES NO BRASIL – 2000-2012

Lara Cardoso Dalperio¹

Resumo

A ocupação de terra é uma das formas de atuação dos movimentos camponeses e indígenas no Brasil. A esses movimentos, denominamos movimentos socioterritoriais, pois tem o território como condição essencial para sua existência. As ocupações têm um caráter de enfrentamento, de resistência e de retomada das terras, configurando como instrumentos de luta contra o latifúndio, o Estado e o agronegócio. Deste modo, o presente trabalho visa estudar os movimentos socioterritoriais no Brasil, com destaque para os mais atuantes em ocupações e famílias participantes no período de 2000 a 2012, que são os: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Movimento de Libertação dos Sem, Movimentos Indígenas e Comissão Pastoral da Terra.

Palavras-Chave: Movimentos Socioterritoriais, Ocupações de Terras, Famílias em Ocupações.

THE SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS MOST ACTIVE OCCUPATIONS IN LAND AND FAMILIES PARTICIPATING IN BRAZIL– 2000-2012

Abstract

In this paper we analyze the new territorial configurations and production relations of space, from the expansion of the Brazilian energetic activity, seeking to understand the transformations of space compared to the historical moment of the introduction of new energy sources and territorialization of capital in the Brazilian northeast. Accordingly, this study analyzes performed part of the municipality of Casa Nova, Bahia, from the deployment of wind energy park. We seek to understand also the meaning of the policies developed by the State and reflect on its role as a transforming agent of spaces.

Keywords: Socioterritorial Movements, Land Occupations, Families in Occupations

¹Mestranda em Geografia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia Bolsista FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Email: lara.dalperio@gmail.com

Introdução

Este trabalho é parte da monografia intitulada “Geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil de 2000 a 2012” defendida em 2013, com orientação de Bernardo Mançano Fernandes, para obtenção do título de bacharel em geografia pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – São Paulo, com o objetivo de analisar os movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações de terras no Brasil de 2000 a 2012, com foco nos mais atuantes.

Para compreendermos a questão agrária no Brasil, é necessário entendermos como ocorrem as lutas no campo, através das ocupações de terras e o que elas representam na atual conjuntura, tornando-se importantíssimo o conhecimento dos movimentos socioterritoriais mais atuantes e de sua espacialização na luta.

Neste trabalho utilizamos o conceito de movimento socioterritorial, pois partimos da análise geográfica dos movimentos e do território como definidor de sua identidade. Assim, conceituamos como movimento socioterritorial, o que tem o território como objetivo de conquista e essenciais para a existência do mesmo (PEDON, 2009; FERNANDES, 2005), ou seja, eles “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade” (PEDON, 2009, p. 227).

Identificamos, através do DATALUTA (2013), 116 movimentos socioterritoriais (quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, sem terras, camponeses etc.) que têm as ocupações de terras como instrumento de luta, tendo o território/terra como finalidade principal de conquista e alguns a reforma agrária. Neste sentido, as ocupações de terras, são um instrumento para a criação do território camponês que originam os assentamentos. Elas constituem um dos principais fatores definidores de um movimento socioterritorial, representando uma forma de contestação do que está imposto pelo sistema (PEDON, 2013).

As atuações dos movimentos socioterritoriais, principalmente dos mais atuantes, são de fundamental importância para a luta pela terra e luta pela reforma agrária no Brasil, marcados na história desde a colonização até os dias atuais. Pois em todos os períodos de governo sempre foi privilegiado o modelo de

desenvolvimento pautado no agronegócio em contraposição ao modelo de desenvolvimento do campesinato.

O modelo do agronegócio tem como base a monocultura e a produção em grande escala, utilizando do campesinato através da exploração e precarização do seu trabalho, gerando contradições. Já o modelo do campesinato, utiliza o trabalho familiar, a produção em pequena escala e diversa (FERNANDE; WELCH, 2008). Assim, as ocupações são ações de resistências e de questionamentos, colocando as questões que envolvem o campo na pauta das discussões, mostrando que existe um problema agrário que precisa ser solucionado no Brasil.

Neste sentido, o intuito deste trabalho é apresentar as ações dos movimentos socioterritoriais mais atuantes em números de ocupações de terras e de famílias participantes no Brasil de 2000 a 2012, são eles: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), os Movimentos Indígenas, o Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Como parte metodológica da pesquisa, utilizamos o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), que reúne dados sobre a luta pela terra e sua permanência no Brasil, através de diferentes categorias que são: Ocupações de terras, Manifestações do Campo, Estrutura Fundiária, Movimentos Socioterritoriais, Assentamentos Rurais. Para este trabalho sistematizamos os dados da categoria de ocupações e movimentos que reúnem diferentes fontes: Comissão Pastoral da Terra, a Ouvidoria Agrária Nacional e a REDE DATALUTA. Os dados dessa sistematização são apresentados neste trabalho, nas formas de gráficos e tabelas, sendo utilizado o programa *Excel*. E mapas utilizando o programa *Philcarto* e para a arte final o *CorelDraw*.

Outro instrumento metodológico foi a pesquisa em mídias impressa e digital para coletar informações dos movimentos socioterritoriais estudados, como a pesquisa nos sites oficiais de cada movimento, bem como o levantamento bibliográfico do tema estudado. Essas metodologias compõem o trabalho para melhor qualifica-lo e suprir nossos objetivos.

Neste sentido, este trabalho vem contribuir para fomentar o debate sobre a forma de luta pela terra no Brasil, através dos dados de ocupações e famílias,

mostrando que a capacidade de mobilização dos movimentos é importante para sua continuidade e/ou cessão.

Os movimentos socioterritoriais e ocupações de terras

Os movimentos socioterritoriais se formam/criam a partir de conflitos/descontentamentos evidentes nas contradições da nossa sociedade, por sua história de luta e pelo processo de dissidências de outros movimentos ligado aos conflitos internos (rupturas político-ideológicas), que se revelam em suas territorializações e espacializações. Eles se organizam a fim de lutarem para a conquista de seus objetivos, neste caso o território/terra.

Para a conquista da terra os movimentos socioterritoriais utilizam-se das ocupações que podem ser realizadas: somente em conjunto: quando o movimento atua só com a participação de outro movimento; individuais: quando o movimento atua sem a participação de outro movimento, ou seja, atua sozinho e em conjunto e individual: quando as atuações ocorrem tanto sozinhas como em conjunto.

Pedon (2013) afirma que esta forma de atuação dos movimentos, precisa ser compreendida como um tipo de luta popular caracterizada como resistência em relação às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade/espço. Elas resultam do questionamento dessas relações sociais hegemônicas:

A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Essa tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele. A realização de uma ocupação decorre da consciência construída na realidade em que se vive. É a um só tempo, um aprendizado e um processo histórico de construção das experiências de resistência (PEDON, 2013, p. 190-191).

Fernandes (1999) também relaciona as ocupações com os tipos de experiências, o autor as classifica em espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e especializadas. Nas ocupações de terras isoladas e espontâneas, o autor coloca que estas ações podem resultar em um movimento isolado. As ocupações de terras isoladas e organizadas são realizadas por movimentos sociais isolados de um ou mais município. Já as ocupações de terras organizadas e especializadas, são realizadas por movimentos socioterritoriais com projetos políticos mais amplos, com agendas políticas e são resultantes de experiências anteriores de luta. Nesta última, temos as ações dos movimentos mais

atuantes como MST, CONTAG e dos Movimentos Indígenas, que se territorializam e modificam a estrutura. Segundo Girardi e Fernandes (2009):

A ocupação de terra é espaço de resistência para o atendimento das reivindicações desses movimentos. A causa principal defendida é a realização da reforma agrária. Dessa forma, a ocupação de terra, planejada e executada pelos movimentos socioterritoriais é o momento de enfrentamento e resistência para a conquista do território camponês, ou seja, sua territorialização pela desterritorialização do território do latifúndio e do agronegócio. (GIRARDI; FERNANDES, 2009. p. 345).

Neste sentido, com a transformação dos espaços em territórios, os movimentos territorializam-se, são desterritorializados pelo latifúndio e agronegócio e se reterritorializam, sempre levando consigo suas territorialidades. É na conflitualidade que ocorre essa transformação, tendo como elemento importante a ocupação de terra. Vale ressaltar, que não há uma homogeneidade nesses espaços e territórios, ou seja, cada um tem sua especificidade de acordo com a base de cada movimento.

Segundo Pedon (2009), todos os movimentos socioterritoriais são simultaneamente movimentos pela autodefinição, buscando afirmar/enfatizar uma representação de si mesmos, que se apropriam do espaço ou de um território dando caráter de resistência:

No campo da mobilização social, as organizações populares, tradicionais e/ou com novas roupagens, têm enfrentado desafios cada vez maiores para manterem suas práticas. A apropriação de parcelas do território é, sem dúvida alguma, além de uma estratégia de sobrevivência, uma forma de resistir à degradação dos valores comunitários arraigados no espaço da vida (PEDON, 2009, 180).

Como apontado, no período de 2000 a 2012, foram registrados no DATALUTA (2013) 116 movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terras no Brasil, mobilizando 708. 706 famílias em 5.344 ocupações, sendo que 4.734 foram ações individuais, 270 conjuntas e 340 ocupações com movimentos não registrados. A partir da tabela 1, podemos analisar a atuação dos principais movimentos socioterritoriais, das ocupações e famílias dos demais movimentos, das ocupações conjuntas e do número de famílias dessas ações e do número total de ocupações de terras e famílias entre 2000 a 2012 no Brasil.

TABELA 1 – BRASIL – OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS PARTICIPANTES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS POR MACROREGIÕES E ESTADOS 2000-2012																				
U.F.	MST		CONTAG		FETRAF		MLST		CPT		MOV. INDÍGENAS		Ocup. Conj.		OUTROS		N.I.*		TOTAL	
	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.
NORTE	109	23.384	153	17.130	51	8.073	0	0	1	64	6	391	7	2.362	69	8.126	115	9.001	511	68.531
AC			2	400											2	220	6	626	10	1.246
AM											1	200			1	0	1	200	3	400
AP															1	70			1	70
PA	72	17.614	140	16.342	51	8.073			1	64	1	100	7	2.362	27	3.906	75	5.773	374	54.234
RO	21	2.407	1	32							1	20			33	3.261	22	2.021	78	7.741
RR	8	1.215									1	8			1	200			10	1.423
TO	8	2.148	10	356							2	63			4	469	11	381	35	3.417
NORDESTE	1.286	198.455	145	14.274	53	6.969	68	6.939	145	10.245	89	4.514	56	8.366	234	22.493	67	6.672	2.143	278.927
AL	188	23.583	13	1.843			58	5.329	60	2.968	11	922	15	1.580	71	3.535	5	150	421	39.910
BA	297	59.786	18	1.462					2	112	67	2.142	5	710	49	4.718	15	1.398	453	70.328
CE	55	5.455	3	321					1	30	1	0	6	2.045	2	160	3	320	71	8.331
MA	23	5.672	5	837									1	196	3	166	18	2.267	50	9.138
PB	66	6.872							23	2.111	7	250	1	160	4	140	9	695	110	10.228
PE	533	74.881	98	9.365	48	6.368	9	940	51	4.284	3	1.200	20	2.635	100	12.129	7	355	869	112.157
PI	22	3.516	6	336	5	601							4	440	2	245	2	31	41	5.169
RN	22	4.539	2	110			1	670	8	740			4	600	1	400	5	940	43	7.999
SE	80	14.151													2	1.000	3	516	85	15.667
CENTRO-OESTE	241	61.290	111	13.751	13	883	4	350	13	2.530	69	6.051	14	3.149	134	16.691	35	4.807	634	109.502
DF	18	4.050	3	124	2	120							3	1.350	3	90	2	104	31	5.838
GO	124	26.171	46	7.166	7	325	4	350			1	50	3	875	46	3.678	13	1.111	244	39.726
MS	51	14.595	54	5.302	4	438					63	5.935	8	924	76	10.216	10	1.519	266	38.929
MT	48	16.474	8	1.159					13	2.530	5	66			9	2.707	10	2.073	93	25.009
SUDESTE	797	104.943	91	7.322	22	1.789	48	7.394	2	110	12	758	180	16.162	298	21.583	55	3.923	1.505	163.984
ES	36	5.214	7	299							6	623	1	48	5	605	3	113	58	6.902
MG	206	23.815	67	4.613	11	551	30	5.048	2	110	4	101	28	4.491	109	10.858	25	1.346	482	50.933
RJ	47	6.249	13	1.560									5	1.020	3	280	5	860	73	9.969
SP	508	69.665	4	850	11	1.238	18	2.346			2	34	146	10.603	181	9.840	22	1.604	892	96.180
SUL	348	64.609	19	996	0	0	3	270	0	0	23	1.297	13	4.305	77	6.931	68	9.354	551	87.762
PR	183	32.709	19	996							12	868	4	2.220	60	4.388	42	5.228	323	46.679
RS	100	22.879					3	270			6	278	7	1.945	16	2.535	18	3.506	147	31.143
SC	65	9.021									5	151	2	140	1	8	8	620	81	9.940
BRASIL	2.781	452.681	519	53.473	139	17.714	123	14.953	161	12.949	199	13.011	270	34.344	812	75.824	340	33.757	5.344	708.706

Fonte: DATALUTA, 2013. Org. DALPERIO, L. C.

*N.I - Não Informado - correspondente ao registro de ações onde não foi possível identificar o nome do movimento socioterritorial

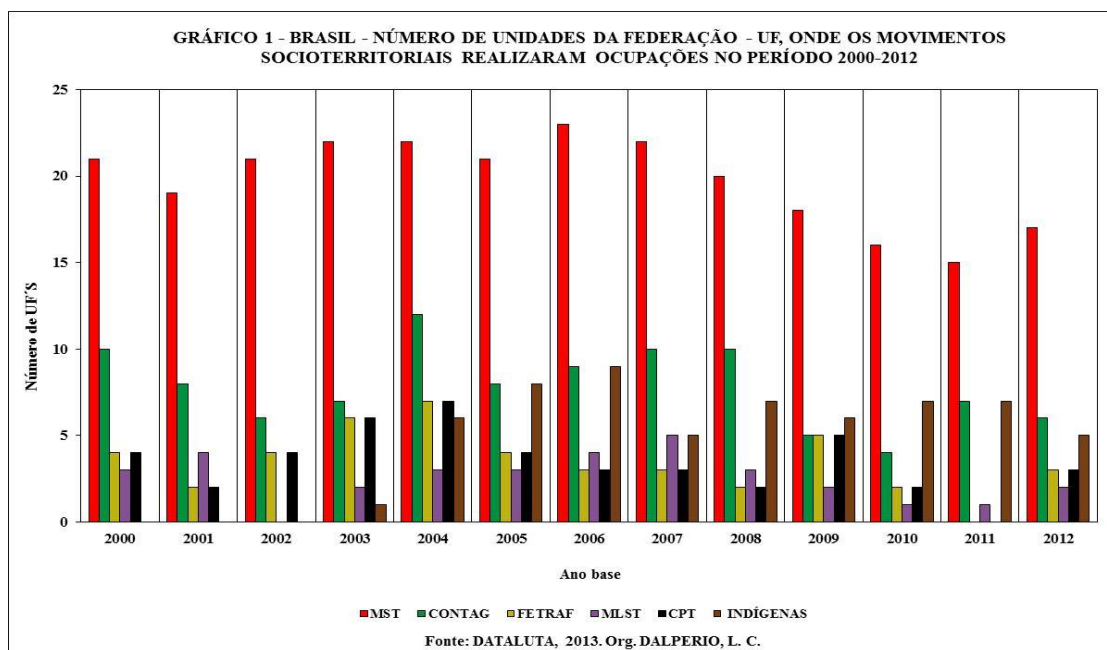
No período estudado foram registradas 5.334 ocupações com 708.706 famílias participantes. Essas ocupações aconteceram em áreas, principalmente onde o agronegócio está territorializado, cabe destacar o Nordeste como a região de maiores índices de ocupações de terras sendo registradas 2.143, seguido do Sudeste com 1.505 ocupações (tabela 1).

No que tange as ações dos seis movimentos socioterritoriais de maior atuação no número de famílias em ocupações, podemos analisar que elas variam espacialmente e numericamente significativamente de um movimento para outro. Elas correspondem a aproximadamente 74% do total de atuações no total. O MST realizou 2.781 ocupações individuais com a participação de 452.681 famílias. A CONTAG registrou a atuação de 519 ocupações individuais com a participação de 53.473 famílias. Em números de ocupações individuais a FETRAF realizou 139 com a participação de 17.714 famílias. O MLST atuou em 123 ocupações individuais com a participação de 14.953 famílias. Em relação aos Movimentos Indígenas foram registradas 199 ocupações individuais com 13.011 famílias participantes. E por fim temos a CPT, que atuou em 161 ocupações individuais com a participação de 12.949 famílias (tabela 1).

As atuações dos outros movimentos correspondem a 812 ocupações (aproximadamente 16%) e em número de famílias foram registradas 75.824 (12%). Em relação às atuações dos movimentos que não foram informadas/identificadas, contabilizamos 340 ocupações com a participação de 33.757 famílias em todo o território brasileiro (tabela 1). Assim, podemos observar a importância destes seis movimentos socioterritoriais na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

Além das ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais de forma individual, temos as ocupações de terras em conjunto. No período estudado, foram registradas 270 ocupações conjuntas com a participação de 34.344 famílias. Com destaque para as regiões Sudeste com 180 ocupações com a participação de 16.162 famílias e o Nordeste com 56 ocupações conjuntas com 8.366 famílias (tabela 1). Essas duas macrorregiões brasileiras tem um histórico conflitos entre camponeses e latifundiários/agronegócio.

O gráfico 1 aponta os números de atuações dos movimentos socioterritoriais nas unidades federativas do Brasil no período estudado. O movimento que mais atuou em unidades federativas foi o MST, logo o mais expressivo em números de ocupações de terras e famílias participantes. Sua escala de atuação é nacional, tendo atuado em média em 21 estados entre 2000 e 2012. A CONTAG é o segundo maior movimento em atuações nos estados, com uma média de nove. Os Movimentos Indígenas é o terceiro movimento com maior média de atuações, sendo contabilizada cinco. Seguida da CPT com quatro e o MSLT com três. A menos média é a da FETRAF com duas atuações em unidades federativas.



Para termos uma melhor compreensão desses dados, os mapas a seguir apontam as ações desses seis movimentos socioterritoriais. Representaremos cartograficamente o número de famílias em ocupações individuais, pois um dos elementos importantes dos movimentos é a sua capacidade de mobilização. Quanto maior o número de pessoas que determinado movimento pode aglomerar mais forte/consolidada a luta ficará. Segundo Pedon (2009) as:

[...] mobilizações coletivas podem ser compreendidas como uma forma de agrupamento de pessoas que busca organizar suas ações com o objetivo de obter respostas às suas demandas, podendo ser popular ou elitista, de acordo com sua base e sua agenda (PEDON, 2009, 183).

As atuações também são para a afirmação de uma identidade, neste caso, camponesas e indígenas, tendo vários objetivos de luta. Mas, a luta pela terra/território é o elemento principal para compreendermos enquanto movimentos socioterritoriais. Assim, apresentaremos a seguir as ações dos movimentos mais atuantes no Brasil.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o movimento mais espacializado do Brasil. Ele surgiu em 1984, com o objetivo de garantir o acesso à terra aos camponeses:

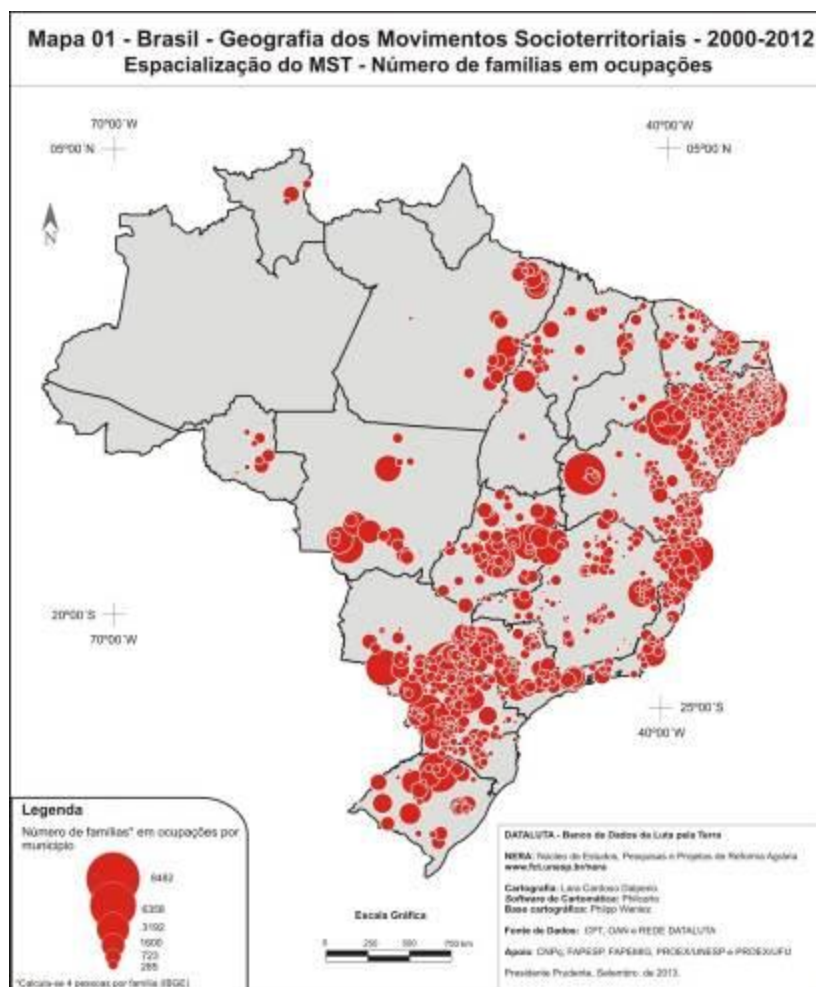
sua primeira ocupação de terra foi realizada em setembro de 1979, nas glebas Macali e Brillhante, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Outras ocupações ocorreram até janeiro de 1984, quando se realizou o 1º encontro nacional dos trabalhadores rurais sem terra, no qual foi fundado, oficialmente, o MST. Na década de 1990, sob a vigência das políticas neoliberais, vai transformar-se no movimento social popular mais atuante do país e no principal foco de resistência à hegemonia neoliberal (SOUZA, 2009, p. 89).

Segundo Fernandes (2000), a fundação do MST, teve o apoio da CPT, órgão vinculado a Igreja Católica, organizando-se inicialmente no Paraná, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Mato Grosso do Sul. O MST se tornou um movimento de escala nacional na década de 1990, territorializado em 23 estados da federação. Atualmente o MST está organizado em 24 estados, exceto no Amazonas (AM), Acre (AC) e Amapá (AP). Devido à conjuntura de luta do Movimento, foram sendo inseridos outros propósitos de luta, além da conquista do território, como políticas públicas efetivas voltadas para o campo, que vão desde o acampamento, passando pela educação até a permanência na terra.

Um instrumento de luta do MST são as ocupações, sendo realizadas 2.781 individuais com 452.681 famílias participantes e 123 conjuntas 22.335 famílias. Em relação às áreas de atuação podemos citar: Engenho Mirandinha, Engenho Mussumbu, Engenho Barra Nova, Engenho Poço de Cabra, Engenho Pasmado, Fazenda Júlia, Fazenda Aguas Claras, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Santa Rosa, Fazenda Capim Seco, Fazenda Dr. Gilberto, Fazenda Jacaré Grande, Engenho Lagoa Grande, Fazenda Santa Maria, Fazenda São Pedro, Fazenda Galho Seco, Usina Serrana, Fazenda Lamipar e Fazenda Bandeirantes (DATALUTA, 2013).

O mapa 1 mostra a espacialização das famílias em ocupações individuais do MST entre 2000 e 2012. Podemos observar, que o MST atuou fortemente na região Nordeste com 1.286 ações com 198.455 famílias. Destacamos o estado de Pernambuco que corresponde 63% do número total. A segunda região mais espacializada é a Sudeste, com 797 ocupações e 104.943 famílias participantes, com destaque para o estado de São Paulo com 508 ocupações mobilizando 69.665 famílias. A terceira região é o Sul com 348 ocupações e 64.609 famílias, com destaque para o estado do Paraná com 183 ações e 32.709 famílias participantes. Em relação ao Centro-oeste foram registradas 241 ocupações com 61.290 famílias, principalmente no estado de Goiás com 124 ocupações com a participação de 26.171

famílias. A região com o menor atuação é o Norte com 109 ocupações e 23.384 famílias com destaque para o Pará com 72 ações participando 17.614 famílias (DATALUTA, 2013).



Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

O segundo maior movimento é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sendo fundada em 1963. Segundo Souza (2009):

É o movimento camponês mais antigo do Brasil. A fundação da CONTAG foi no ano de 1963 no período do regime militar no Brasil. A CONTAG é a maior entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais da atualidade. Foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no rio de janeiro. Na época existiam 14 federações e 475 sindicatos de trabalhadores rurais. Hoje, são 27 federações que reúnem cerca de 4 mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo (SOUZA, 2009, p. 86).

A CONTAG “compreende uma confederação de sindicatos e federações que executam ações de ocupações. Nesse sentido, o seu nível de institucionalização é um dos maiores entre os movimentos camponeses” (PEDON, 2009, p. 216). Segundo o Movimento, existem 27 federações com aproximadamente 3.934 sindicatos no Brasil, espacializando a luta.

Segundo o site oficial da CONTAG, seu objetivo é a conquista da terra, da realização da reforma agrária, do combate ao trabalho escravo e do trabalho infantil, da saúde, da educação entre outros. Representando os interesses dos trabalhadores rurais assalariados, dos sem-terras e dos agricultores familiares (CONTAG, [200?]), fazendo frente ao Estado, ao agronegócio e aos latifundiários:

A CONTAG representa os interesses e os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas (SOUZA, 2009, p. 86).

Para que os seus objetivos sejam conquistados este movimento socioterritorial realiza ocupações de terras de forma individual e em conjunto. Sendo contabilizadas 519 ocupações individuais com a participação de 53.473 famílias e 159 ocupações conjuntas. Essas ações ocorreram nos estados do AC, Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), (GO), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pará (PA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO), SP, Tocantins (TO) e no Distrito Federal (DF) (mapa 02). Podemos citar as fazendas: Fazenda Gaúcha, Fazenda Goiabeira, Fazenda MM Madeira, Fazenda Bannach, Fazenda Mari-Mari, Fazenda Tiracanga I, Fazenda Cachoeira, Gleba do Bota, Fazenda Mastruz com Leite, Fazenda Toca da Raposa e Fazenda Tulipa Negra (DATA LUTA, 2013).

O mapa 02 apresenta a espacialização das famílias em ocupações individuais da CONTAG no período estudado. É evidente uma intensa atuação da CONTAG no Norte com 153 ocupações individuais com a participação de 17.130 famílias, destacamos o estado do PA com 140 ocupações com 16.342 famílias. Vale ressaltar, que este estado foi marcado por dois massacres de camponeses no governo de Fernando Henrique Cardoso, evidenciando os conflitos e disputas por terras no Brasil.

A segunda região que o Movimento mais atuou foi o Nordeste, mobilizando 14.274 famílias em 145 ocupações, destacamos o estado de PE com a mobilização de 9.365 famílias em 98 ocupações. No Centro-oeste foram identificadas 111 ocupações e podemos observar que essas ações foram mais especializadas no Mato Grosso do Sul e em Goiás com 54 e 46 ações respectivamente. No Sudeste foram registradas 91 ações com 7.322 famílias, com destaque para Minas Geras mobilizando 4.613 famílias em 67 ocupações. A região com menor atuação é o Sul, com ocupações em apenas um estado no Paraná mobilizando 996 famílias em 19 ações (DATA LUTA, 2013).



Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

Já Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), é o terceiro movimento com maior mobilização de famílias em ocupações. A FETRAF foi fundada em 2004:

a FETRAF-BRASIL/CUT - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - nasceu de uma decisão tomada no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em Julho de 2004 em Brasília. A FETRAF-BRASIL/CUT tem sua origem na luta efetiva dos Agricultores e Agriculturas Familiares numa fase muito rica de debates e proposições baseadas no novo sindicalismo CUTista (FETRAF, [200?], p. [1])².

Segundo o Movimento, sua defesa vem na produção sustentável e solidária, no fortalecimento e ampliação da representação dos agricultores familiares. Trabalhando com os princípios da democracia e liberdade de expressão. Sendo organizado em 18 estados, com aproximadamente 600 sindicatos e associações sindicais com aproximadamente 500 mil agricultores associados (FETRAF, [200?]). Segundo Souza (2009), a FERTAF é:

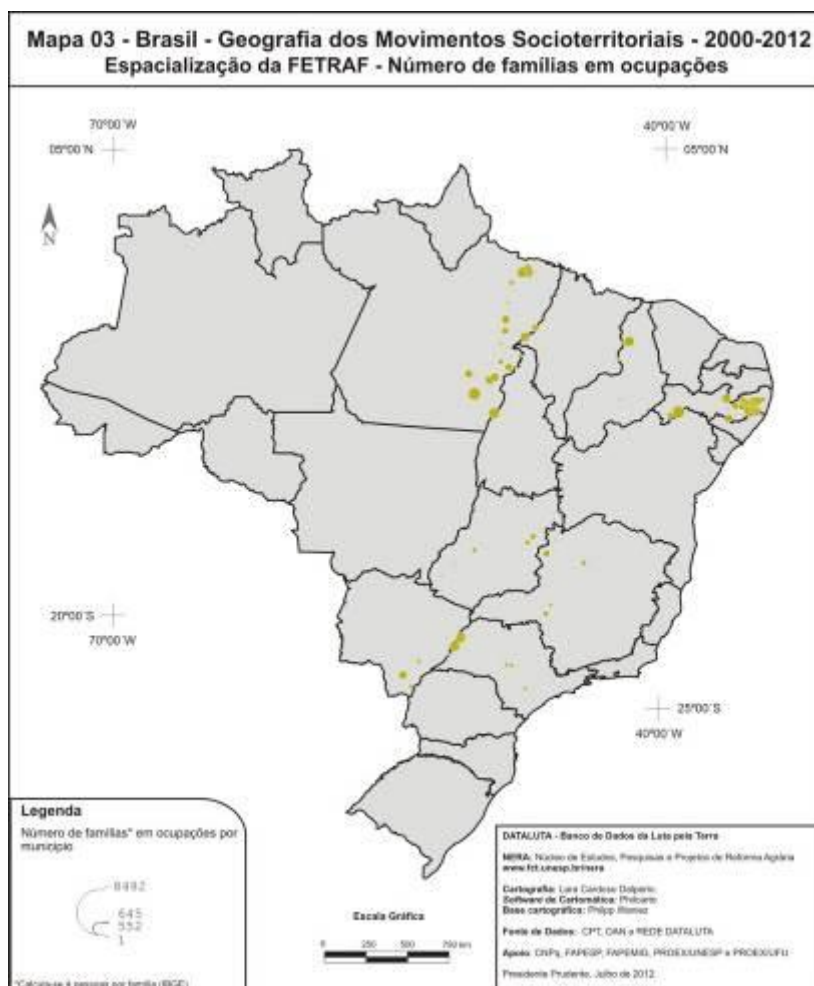
[...] orgânica à CUT, para ser um instrumento a serviço dos agricultores familiares e da classe trabalhadora. É uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares (SOUZA, 2009, p. 88).

As ações de luta deste movimento são compostas pelas ocupações de terras tanto individuais quanto em conjunto. Foram registradas pelo DATALUTA (2013), 139 ocupações individuais com 17.714 famílias participantes e 97 ocupações conjuntas com 7.443 famílias. Essas ações foram realizadas nos estados de Goiás (GO), Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, São Paulo e no Distrito Federal (mapa 03). Nas localidades: Fazenda Formigueiro, Fazenda Serra Verde, Fazenda Brocotó, Fazenda União, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Funil, Fazenda Alemoa, Fazenda Caiçara, Fazenda Águas Compridas, Fazenda Serra Verde etc. No período estudado o Movimento não atuou apenas em 2001 e 2002.

O mapa 3 representa as famílias em ocupações da FERAF no período estudado. A atuação da FETRAF ocorreu principalmente no Nordeste com 53 ocupações em 6.969, principalmente em Pernambuco com 48 ocupações e 6.368 famílias. No Norte as ocupações ocorrem somente no PA, com 51 ocupações com a participação de 8.073 famílias. O movimento está especializado também no Sudeste com a mobilização de 1.789 famílias em 22 ocupações, com destaque para a

² Sem ano de publicação e paginação. Informações retiradas do site oficial do movimento: <http://www.fetra.org.br>.

mobilização de 1.238 famílias em 11 ocupações em SP. E no Centro-oeste com 13 ações com a participação de 883 famílias, destacamos o estado de Goiás com sete ocupações em 325 famílias. A única região que este movimento não realizou ocupações foi no Sul do Brasil (DATA LUTA, 2013) (mapa 03).



Movimento de Libertação dos Sem Terra

O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) formou-se a partir de uma dissidência de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1997 no município de Luziânia no estado de Goiás. Segundo o Movimento, seus objetivos de luta são: a conquista da terra, o acesso democrático a terra, realização da reforma agrária, entendida como uma reivindicação de toda a população do meio rural como urbano (MLST, [200?]).

Vemos a necessidade que MLST mostra num sentido de articulação entre o campo e a cidade. Tendo uma reforma agrária onde as ocupações são uma das principais formas de luta do Movimento. Assim, o MLST vem denunciar as diversas formas de violências no campo brasileiro, lutando em favor dos assentados e acampados.

Para alcançar seus objetivos de luta, principalmente a reforma agrária, o Movimento atua em ocupações de terras, sendo registradas 123 individuais com a participação de 14.953 famílias e 70 conjuntas com 5.480 famílias nos estados de Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo (DATA LUTA, 2013). Essas ações ocorreram em diversas fazendas como: Fazenda Canoas, Fazenda das Pedras, Fazenda São Domingos, Fazenda Saco Grande II, Fazenda Prazeres, Fazenda Poço Dantas, Fazenda Marca de Ouro entre outras.

O mapa 04 mostra a espacialização do MLST em famílias participantes de ocupações individuais no período de 2000 a 2012 no Brasil.



Como podemos observar no mapa 04, a atuação do MLST foi mais intensa na região Nordeste do país, mobilizando 6.969 famílias em 68 ocupações de terras. Com destaque para o estado do Alagoas com 58 ocupações mobilizando 5.329 famílias. A única região que o MLST não realizou ocupações foi no Norte do país. A região Sudeste é a segunda maior em atuações, correspondendo a 48 com 7.394 famílias com destaque para Minas Gerais que mobilizou 5.048 famílias em 30 ocupações. Como podemos observar, nas regiões Sul e Centro-oeste este movimento atuou de forma pontual, em números totais foram realizadas sete ocupações mobilizando 620 famílias. (DATALUTA, 2013).

Movimentos Indígenas

Sobre os Movimentos Indígenas, podemos dizer que a população indígena vem sendo desterritorializada desde a colonização do Brasil, na qual extinguiu e dizimou

centenas de grupos indígenas por meio de disputas pelos territórios e pela transmissão de doenças. Atualmente, os grupos indígenas que resistiram, em sua maioria, estão restritos a reservas, onde sua extensão territorial não é suficiente para sua reprodução e manutenção. Assim, eles se organizam e lutam pela sua (re)territorialização e por condições básicas de sobrevivência.

Sobre os movimentos indígenas, Mota (2011) aponta que o “[...] pressuposto de que o nascimento dos movimentos indígenas se deu prioritariamente na busca por garantias de direitos aos territórios tradicionalmente ocupados, passando pelo contexto de buscar o reconhecimento da sociedade nacional sobre tais direitos” (MOTA, 2011, p. 299).

Martins (1991) define a situação das terras indígenas brasileiras, em três características: 1) terras ameaçadas de invasão pelos fazendeiros e empresas, 2) as terras griladas, suas posses dependem do processo de regularização e 3) as terras expropriadas, em que a posse já está legalizada. Vale ressaltar, que a estrangeirização de terras é outro processo importante para compreendermos os conflitos que envolvem as terras indígenas, podendo estar relacionado na característica 1 do autor, na qual empresas com capital parcial/total estrangeiro compram e/ou arrendam terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas para a produção de commodities.

Diferentemente do significado da terra para o capital como mercadoria, não podemos analisar o território indígena como um simples meio de subsistência, ele é a base/suporte para a vida sociocultural dos grupos indígenas brasileiros agregando ao longo de sua história toda a identidade histórico-cultural (CASTANGE, 2010, p. 78).

Desta forma, os movimentos indígenas vêm através das ocupações de terras buscarem sua (re)territorialização. As ocupações tem caráter reivindicatório e de questionamento das áreas ocupadas, é o enfrentamento direto com o latifúndio/agronegócio. As ocupações indígenas são vistas como retomada (conflitualidade), pois seus territórios tradicionalmente já os pertencem.

Em números de ocupações de terras foram registrados pelo DATALUTA (2013), 199 com a mobilização de 13.011 famílias e nenhuma ocupação conjunta. Essas atuações ocorreram nos estados: AL, AM, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RO, RS, Roraima, SC, SP e TO entre os anos de 2003 e 2012. Podemos citar as áreas: Fazenda Planeta, Reserva Morro do Osso, Fazenda de JovaniMiola, *Sociedade e Território*, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 126-148, set. 2015

Sítio São João, Fazenda Rincão, Fazenda Buruti, Fazenda Paloma, Fazenda São Jorge, área da Empresa Agropecuária João Alves de Lima, Fazenda Alegria, Fazenda Campo Alegre.

O mapa 05 apresenta a espacialização das famílias participantes em ocupações individuais dos Movimentos Indígenas no Brasil no período estudado.



A partir do mapa 05, podemos observar que de todos os estados brasileiros, este movimento não está espacializado em sete, que correspondem ao: Rio de Janeiro, Acre, Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e também no Distrito Federal. Em relação às áreas de maior atuação temos as regiões Centro-Oeste e Nordeste. O enfrentamento nessas duas macrorregiões ocorre devido à territorialização do agronegócio (soja, cana-de-açúcar, frutas e gado). Nessas regiões destacamos o estado da Bahia com 67 ocupações e 2.142 famílias participantes e do

MS com a mobilização de 5.935 famílias em 63 ocupações, principalmente no sul do referido estado. Na região Norte o número mobilizações de famílias em relação às outras regiões é baixo, sendo contabilizadas 391 famílias em seis ocupações. O estado que se destaca no número famílias é o AM com 200 em uma ocupação. Em número de ocupações temos TO com duas, sendo realizadas em municípios próximos (DATA LUTA, 2013).

Na região Sudeste, podemos observar que o Espírito Santo tem a maior espacialização das famílias, contabilizando seis ocupações de terras e com a participação de 623 famílias, seguido de Minas Gerais com 101 famílias em quatro ocupações. Na região Sul, os Movimentos Indígenas estão espacializados em todos os estados, com destaque para o Paraná com 868 famílias em 12 ocupações (mapa 05) (DATA LUTA, 2013).

Comissão Pastoral da Terra

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é o movimento, entre os seis principais, que teve a menor mobilização de famílias em ocupações. A CPT surgiu no estado de GO no município de Goiânia em 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas das penalidades sofridas deste sistema de governo, que atendiam interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. (SOUZA, 2009, p. 47).

Atualmente, segundo o site da CPT, sua luta se baseia em três eixos principais de ação: 1) Direitos – a dignidade humana, a terra, de trabalho, denúncia do trabalho escravo, ou seja, luta pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; 2) Água – direcionados as famílias expulsas de suas terras devido à construção de grandes barragens, os ribeirinhos; 3) Terra – democratização ao acesso a terra, terra para trabalho e sustento das famílias, contra a exploração, contra o latifúndio, contra a violência no campo, à grilagem de terras (CPT, [200?]). Esses três eixos são norteadores para a luta pela terra e pela reforma agrária do movimento, que utiliza no campo as ocupações de terras.

Em relação às ocupações no período estudado foram realizadas 161 ocupações individuais com a participação de 12.949 famílias e 38 ocupações conjuntas com 6.036 famílias. Essas ações ocorreram nos estados do AL, BA, CE, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RJ e RN (mapa 06), apenas em 2011 não teve atuação. Algumas dessas ações ocorrem nas áreas da: Fazenda Jaguarana, Fazenda Flor do Bosque, Fazenda Santa Maria, Fazenda Tulipa Negra, Fazenda Comanche, Fazenda Bota Velha, Fazenda Tipiri, Fazenda Bom Jardim, Fazenda Cobras, Fazenda Areias, Fazenda Amor, Fazenda Bom Jardim entre outras.

O mapa 06 apresenta as famílias em ocupações individuais da CPT no período estudado.



Por meio do mapa 06, observamos que a região com maiores índices de ocupações foi o Nordeste do país, com 10.245 famílias em 145 ocupações, essas

ações ocorreram de forma mais intensa no estado do Alagoas com mobilizando 2.968 famílias e Pernambuco com 4.284 famílias. Diferentemente dos outros movimentos, as atuações da CPT, foram menos expressivas no Sudeste e no Norte com uma e duas ocupações respectivamente. Seguido do Centro-Oeste mobilizando 2.530 famílias em 13 ocupações com destaque para a região sul do Mato Grosso (DATA LUTA, 2013).

Conclusões

Os movimentos socioterritoriais vão sendo criados/formados com o intuito da conquista do território, para reproduzirem suas relações desde camponesa a indígena. A atuação dos movimentos em ocupações de terras, tanto de forma individual e em conjunto, são instrumentos contestatórios e reivindicatórios. São ações com diversos objetivos, como a conquista do território, a eliminação do latifúndio, a reforma agrária, contra a criminalização/repressão dos movimentos, a modificação do modelo de produção baseado produção de monoculturas como soja, frutas, cana-de-açúcar etc.

O artigo mostrou que entre 2000 e 2012, foram registrados 116 movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terras no território nacional, atuando em 5.344 ocupações com a participação de 708. 706 famílias. Sendo que os mais atuantes foram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Movimento de Libertação dos Sem, Movimentos Indígenas and Comissão Pastoral da Terra.

As ações dos movimentos socioterritoriais mais atuantes nos números de ocupações individuais e famílias participantes, contribuem para compreendermos a espacialização da luta pela terra no Brasil. A partir dos nossos dados, verificamos que a região com maior índice de ocupações de terras realizadas por esses movimentos é o Nordeste, devido ao seu histórico de luta e resistência que vem desde a colonização brasileira com a inserção do latifúndio, da grilagem e do agronegócio, principalmente para a produção de frutas. Neste sentido, as ações dos movimentos socioterritoriais são vistas como um empecilho para o desenvolvimento do Brasil. Pois, elas

questionam o modelo de desenvolvimento do agronegócio que está fortemente subsidiado pelas políticas do Estado.

Referências

CASTANGE, Ronaldo Desidério. **DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra**: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2010. Relatório Final. CNPq. Presidente Prudente, 2011.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. [200?]. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. [200?]. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>>. Acesso em: 20 set. 2013

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST (1979-1999). 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://bib.praxis.ufsc.br/>>. Acesso em 15 jun. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/>>. Acesso em: 25 set. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: FERNANDES, B. M.. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. [200?]. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon, FERNANDES, Bernardo Mançano; **Geografia da Conflitualidade no Campo Brasileiro**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; 2009.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra. [200?]. Disponível em: <<http://mlstal.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 18 set. 2013.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios em Disputas e as Multiterritorialidades nas Retomadas dos Territórios Tradicionalmente Ocupados: O Tekoha.** In: Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowa: Da Territorialização Precária na Reserva Indígena de Dourados à Multiterritorialidade. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Faculdade de Ciências Humanas, da Federal da Grande Dourados. Dourados.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica.** 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

PEDON Nelson Rodrigo. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos a abordagem socioterritorial.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SOUZA, Elenira de Jesus. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Atualização do Cadastro dos Movimentos Socioterritoriais Para o Ano de 2007.** Relatório Final. CNPq. Presidente Prudente, 2009.

Recebido em Junho de 2015.

Publicado em Setembro de 2015.